

NINGUÉM CHEGA LÁ, PARTINDO DE LÁ, MAS DAQUI: UMA CRÍTICA AO CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO NA PNA, À LUZ DE ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

NOBODY GETS *THERE*, LEAVING FROM *THERE*, BOUT
FROM HERE: A CRITICISM TO THE CONCEPT OF LITERACY
IN PNA, BASED ON SOME CONTRIBUTIONS BY PAULO
FREIRE

Ana Caroline de Almeida

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Professora no Centro Universitário Presidente Antônio Carlos - UNIPAC
Professora da Educação básica durante o período de 2003 a 2016
karolyne_jv@yahoo.com.br

A cada momento em que, de um modo ou de outro, a questão da língua passa para o primeiro plano, isso significa que uma série de outros problemas está prestes a surgir, a formação e a ampliação da classe dominante, a necessidade de estabelecer relações mais “íntimas” e seguras entre os grupos dominantes e as massas populares nacionais, ou seja, a reorganização da hegemonia cultural.¹

O objetivo deste texto é debater a (im)pertinência político-pedagógica do conceito de alfabetização expresso na atual Política Nacional de Alfabetização - PNA, focalizando-o como instrumento ideológico, vinculado ao discurso liberal e de direita, onde a alfabetização, reduzida a uma perspectiva individual e funcional, ligada a interesses econômicos implícitos, se coloca a favor do *disempowerment* (desempoderamento) dos sujeitos e da consequente reprodução social existente. O processo de alfabetização, do nosso ponto de vista, é entendido como uma forma de *política cultural*². Um ponto de partida importante para possibilitar uma educação de fato, de qualidade, e uma mudança em direção a políticas de alfabetização que

1 Antônio Gramsci, citado por Henri Giroux, na introdução do livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*, cuja autoria Paulo Freire e Donald Macedo dividem, obra da qual nos valem para a construção deste texto crítico.

2 Esta compreensão está anunciada no livro *Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra*, cuja autoria é de Paulo Freire, em colaboração com Donald Macedo. Mantivemos neste texto o verbo que é utilizado no livro - *to empower*, pelo significado que carrega: dar poder; ativar, desenvolver e dinamizar a potencialidade do sujeito.

permitam, sobretudo àqueles que têm sido historicamente silenciados e marginalizados, conquistarem a sua palavra e exigirem a autoria de suas vidas. Nas palavras de Henry Giroux, como forma de política cultural,

a alfabetização ao mesmo tempo ilumina e examina a vida escolar como um lugar caracterizado por uma pluralidade de linguagens e de lutas conflitantes, local em que as culturas dominante e subalterna entram em conflito e onde professores, alunos e ministradores escolares frequentemente divergem quanto a como se devem definir e compreender as experiências e as práticas escolares. [...] O que está em jogo aqui é a noção de alfabetização que estabelece relações de poder e de conhecimento não apenas a o *que* os professores ensinam, mas também aos significados produtivos que os alunos, com todas as suas diferenças culturais e sociais trazem para as salas de aula, como parte da produção de conhecimento e da construção de identidades pessoais e sociais. (GIROUX, 2015, p. 61)

É neste sentido que entendemos a escola como um lugar caracterizado pela pluralidade de linguagens e culturas em constante tensão, no qual emergem modos singulares de produção de conhecimento e subjetividades são construídas, nas relações entre professor e alunos, em meio as suas diferenças sociais e culturais; e a alfabetização como *leitura do mundo e da palavra*, ou seja, como um espaço-tempo de compreensão do mundo e de si, que se faz na relação com o outro, mediada por discursos orais e escritos; ler o mundo tem a ver com o processo de aprender a olhar criticamente para as próprias experiências, que são construídas histórica e socialmente, e, por isso mesmo guardam uma natureza política, que lhes impõe, ao mesmo tempo, limites e possibilidades. E isso se faz paralelamente à leitura da palavra. E é nesse movimento, de leitura da *palavramundo* que a consciência crítica é desenvolvida e formulada. Como assinalam Freire e Macedo (2015, p. 83) “ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como escrever o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo.” Dito de outro modo, a leitura do mundo e da palavra trata-se do desenvolvimento, pelo educando-leitor, desde as suas primeiras experiências escolares, de uma compreensão crítica dos textos e do contexto sócio-histórico a que ele se refere.

Partimos então do pressuposto que aprender a forma escrita da língua, tanto nos anos iniciais da escolarização, como nos anos seguintes, fará mais sentido na medida em que se traduza num processo de formação crítica e amplie a inserção política e social de crianças, jovens e adultos. É fato que, historicamente, esse tem sido um desafio que mal arranhamos, a despeito de

todas as iniciativas observadas nas últimas décadas, mas a urgência ao seu enfrentamento de modo mais contundente se faz ainda maior neste momento de crise da democracia no nosso país, marcada pela instabilidade das instituições e injustas relações de poder.

Para discutir a temática, valemo-nos basicamente (e brevemente) de algumas reflexões desenvolvidas por Paulo Freire, em parceria com Donaldo Macedo, no livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Acenando para a alfabetização como uma forma de política cultural, os autores partem de um conceito de alfabetização que transcende seu significado etimológico, não importando se os alfabetizados sejam meninos ou adultos; os autores afirmam que “a alfabetização não pode ser reduzida a experiências apenas um pouco criativas, que tratam dos fundamentos das letras e das palavras como um esfera puramente mecânica.” (FREIRE e MACEDO, 2015, p.120).

O texto da PNA faz exatamente esta redução, este esvaziamento do conceito. Parte de resultados insatisfatórios em leitura e escrita³, associando-os a marcos históricos e normativos no campo das políticas educacionais no país, com destaque para o relatório *Alfabetização Infantil: os novos caminhos* publicado em 2003, e reeditado em 2007, pra afirmar que as políticas e as práticas de alfabetização no país não acompanharam o progresso científico e metodológico que, nas últimas décadas do século XX, ocorreu no campo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita, decorrentes principalmente das ciências cognitivas da leitura. Então, com o intuito de assumir e difundir as contribuições dessas ciências é que a PNA define alfabetização “como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” e esclarece que

ao aprender as primeiras regras de correspondência entre grafema-fonema/fonema-grafema, a pessoa começa a **decodificar**, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma fonológica (ou pronúncia), e a **codificar**, isto é, a combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala. Em outras palavras, começa a ler e a escrever. O ensino dessas habilidades de leitura e de escrita é que constitui o processo de alfabetização. (p. 18 e 19).

Um primeiro ponto a ser questionado é que o atual debate a respeito da crise da alfabetização, sintetizado na PNA via relação entre baixos índices nas habilidades de leitura e escrita e a ineficiência da escola brasileira em

3 Esses resultados são denunciados pelas últimas edições de avaliações nacionais, como a Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, que avalia crianças ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, e na edição de 2016 indicou que 54,73% dessas crianças apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura e 33,95% em escrita. Além de dados do Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF/2018 que também apontam para esses resultados, indicando que, 3 em cada 10 brasileiros entre 15 e 64 anos podem ser considerados analfabetos funcionais e que somente 12% dos brasileiros nessa faixa etária se encontram classificados como proficientes. Não cabe, no espaço deste texto, uma reflexão crítica sobre a avaliação de níveis de alfabetização.

alfabetizar, uma vez que esta teria se orientado por outros caminhos, que não pela cientificidade de pesquisas, (o que é uma falácia⁴) só faz retomar velhos pressupostos relativos ao significado e à utilidade da alfabetização. Isso se traduz na ideia de alfabetização como um processo mecânico que enfatiza excessivamente a aquisição técnica das habilidades de leitura e de escrita.

Por outro lado, assumir o conceito de alfabetização da PNA como um construto ideológico e instrumento de opressão, leva-nos a colocar o problema da alfabetização plena de todos os que passam pela escola, no lugar que lhe cabe: como um problema social. Precisamos transcender este debate valendo-nos de um conceito de alfabetização que tome como princípio “a relação entre os educandos e o mundo, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos.” (FREIRE e MACEDO, 2015, p. 09) Ou seja, enraizada na cultura, na prática social, mas, ao mesmo tempo possibilitando a apropriação dos códigos e culturas das esferas dominantes, de modo que os educandos ampliem suas possibilidades de inserção crítica no mundo. As políticas de alfabetização precisam ser pensadas e efetivadas nesta direção, considerando, principalmente, que os pontos de partida dos sujeitos que adentram o espaço escolar são diferentes, mas todos têm o direito de legitimar-se via educação pública de qualidade. E este caminho já nos foi dado, quando Freire nos diz que não é possível superar a ingenuidade, o senso comum, sem assumí-los; dito de outro modo, “ninguém chega lá, partindo de lá, mas daqui”. (FREIRE e MACEDO, p. 80)

O segundo ponto, também crucial é que *codificar* e *decodificar* na PNA se distanciam, sobremaneira, daquilo que nos ensina Paulo Freire, para quem aprender a relação entre fonemas e grafemas caminha lado a lado com a interpretação, com a compreensão e produção de sentidos sobre a realidade, à medida que educador e educando problematizam o existencial, pensam e interpretam seus próprios modos de pensar, valendo-se, para isso, da linguagem e da capacidade de reconhecimento de que somos dotados. A alfabetização emancipadora, delineada por Paulo Freire, se orienta por um processo de ensino e aprendizagem dialógico por natureza. Freire se ancora numa concepção filosófica de linguagem que reconhece seu poder discursivo e sua relação com o pensamento; tanto é que nos Círculos de Cultura, na alfabetização de adultos, demonstra que é pelo diálogo que os significados emergem. Nesta experiência, que claramente pode ser reinventada no contexto da alfabetização de crianças, Freire nos convida a nomear o mundo, a escolher e trabalhar com palavras geradoras, a pensar e elaborar as *codificações*, como representações de aspectos da realidade concreta, como objetos de conhecimento que desafiam

4 É uma falácia porque o desafio da alfabetização plena de crianças e jovens no Brasil tem sido encarado, de diferentes modos, por diferentes pesquisadores e sob vários ângulos, e sim! com o rigor científico que alimenta a pesquisa no Brasil, não só na área da Educação e da Alfabetização.

educadores e educandos, a compreenderem, coletivamente, “o discurso a ser lido”, a razão de ser dos fatos não desvelados de imediato, num movimento de *descodificação*, de verticalização e aprofundamento na leitura da prática social. (FREIRE, 1978).

Esta compreensão, fundamentalmente, não condiz com o que está expresso na PNA, na qual a aprendizagem de habilidades para ler e escrever é tida como uma atividade motora, mecanicista e o ensino é visto como ingerência; uma concepção de alfabetização que se ancora numa abordagem cognitiva da leitura ignora a inter-relação entre as estruturas sociopolíticas da sociedade e o ato de ler e raramente se preocupa com questões de reprodução cultural. Nesta abordagem, conforme escrevem Freire e Macedo (2015, p.179), “a compreensão do texto fica relegada a posição de menor importância em benefício do desenvolvimento de novas estruturas cognitivas que podem capacitar os alunos a caminhar de tarefas simples de leitura para tarefas altamente complexas.”

Se a alfabetização como leitura do mundo e da palavra não nos esteve muito próxima nessas últimas décadas, ao menos no que se refere às políticas nacionais para a alfabetização, fica ainda mais distante com a PNA. Voltamos à possibilidade, agora autorizada, legitimada e institucionalizada por esta política, dos treinos de palavras e sons que, embora ainda presentes em muitas salas de aula, pouco significam para quem está aprendendo a linguagem escrita. A ênfase no ensino de componentes como a consciência fonêmica e a instrução fônica sistemática, considerados pela PNA como essenciais para a alfabetização, pouco contribui com o processo, isso quando não atrapalha, podendo o potencial crítico e criativo das nossas crianças. Num processo de alfabetização crítica, a criatividade é estimulada, assim como a dúvida, o questionamento. Nas palavras de Freire, “a alfabetização deixa de ser um ato criador e se burocratiza na repetição mecânica dos ba-be-bi-bo-bu. Na memorização de palavras e frases que quase nunca têm nada que ver com a realidade dos educandos” (FREIRE, 1978, p.100).

Por fim, na direção apontada na PNA, a alfabetização se afasta do pensamento crítico e de uma política emancipatória, mas é encarada como importante campo de luta para os positivistas, mecanicistas, conservadores e liberais, que se alinham e sustentam sua proposição. A epígrafe de que nos valemos neste texto aponta para isso, uma vez que evidencia a dimensão político-ideológica da alfabetização e sua ligação com a produção e a legitimação de relações sociais de opressão e dominação. Relações mais “íntimas” e seguras entre os grupos dominantes e as massas populares podem ser facilmente construídas no terreno fértil cultivado pela PNA. A concepção de alfabetização ali veiculada, ancorada nas ciências cognitivistas, e, poderíamos dizer, em associação com uma abordagem utilitarista da leitura, visa não muito mais que prover as crianças oriundas da classe trabalhadora, com habilidades de leitura e escrita

que as tornem funcionais dentro e fora do ambiente escolar; a abordagem utilitarista de leitura, sacrifica a crítica da ordem social e política que dá origem à necessidade de leitura em primeiro lugar e leva à produção dos alfabetizados funcionais. (FREIRE e MACEDO, 2015, p. 178.)

Alfabetizar funcionalmente crianças e jovens, no contexto capitalista que nos cerca, é um mecanismo que reforça e aprofunda relações e práticas sociais desiguais, colocando estes sujeitos num estado mínimo, capazes de funcionar adequadamente e primordialmente para atender requisitos de nossa sociedade tecnológica e exigências de grupos dominantes. E, claro, isso interessa particularmente àqueles que estão no poder no nosso país hoje, tanto ocupando os cargos para os quais foram eleitos, ou em cargos comissionados em secretarias e chefias, onde, compreendendo bem o significado da pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, têm se empenhado em “*expurgá-lo*” da nossa educação, embora Paulo Freire não tenha sido ainda uma referência intelectual assumida efetivamente pelas nossas políticas de educação e alfabetização. Querem expurgar Paulo Freire, porque ele deixa bem claro que se a educação não serve para conscientizar e libertar, ela atua como instrumento de opressão. E é a este serviço que estão colocando a alfabetização no nosso país.

Referências

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 4ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.

FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 7ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.